



**Estado do Amazonas  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA  
SALA DAS COMISSÕES**



**EMENDA MODIFICATIVA Nº 02/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 457/2025**

**“DISPÕE SOBRE A MODIFICAÇÃO DO ART. 3º DO PROJETO DE LEI Nº 457/2025, QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE ENVIRA PARA O EXERCÍCIO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; FINANÇAS E ORÇAMENTO, E REDAÇÃO FINAL**, representadas pelos Vereadores que abaixo subscrevem, no uso de suas atribuições legais apresentam EMENDA MODIFICATIVA nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno. A Câmara Municipal de Envira aprova:

Art. 1º. Fica modificado o art. 4º do Projeto de Lei nº 457/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**“Art. 4º - Os orçamentos das despesas das Administrações Indiretas poderão ser expandidos até o limite das efetivas arrecadações, desde que compatíveis com os limites e metas estabelecidos na Lei Orçamentária Anual e respeitando os princípios de legalidade, equilíbrio financeiro e responsabilidade fiscal.”**



**Estado do Amazonas  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA  
SALA DAS COMISSÕES**



**JUSTIFICATIVA**

A presente Emenda Modificativa tem como objetivo aperfeiçoar a redação do Artigo 4º, reforçando princípios de ordem financeira e orçamentária que regem a administração pública, especialmente no que se refere às entidades da Administração Indireta.

O texto original previa que os orçamentos das despesas das Administrações Indiretas poderiam ser expandidos até os limites das efetivas arrecadações. Contudo, a redação carecia de parâmetros que assegurassem que tal expansão estivesse integrada ao sistema de planejamento municipal e submetida às normas gerais de responsabilidade fiscal.

A nova redação propõe importantes avanços: prevê a expansão orçamentária ao cumprimento dos limites e metas fixados na Lei Orçamentária Anual (LOA), evitando incompatibilidades com o orçamento geral do Município e assegurando coerência com o planejamento anual. Além disso:

- Reforça os princípios da legalidade, do equilíbrio financeiro e da responsabilidade fiscal, diretrizes fundamentais estabelecidas pela Constituição e pela Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo que qualquer ampliação de despesas seja tecnicamente viável e juridicamente adequada;
- Estabelece maior segurança jurídica ao processo de execução orçamentária das entidades da Administração Indireta, evitando interpretações que permitam expansões desassociadas das normas de controle fiscal;
- Preserva a autonomia das autarquias e fundações, mas com o devido alinhamento às regras gerais de gasto público, assegurando transparência e responsabilidade no uso dos recursos arrecadados.

Assim, a proposta moderniza e aprimora o dispositivo, proporcionando maior precisão técnica e garantindo a compatibilidade do texto com as legislações financeiras vigentes.

Rua 05 de Setembro, s/n.º - São Francisco - Envira/Am  
Email: câmara.envira@hotmail.com



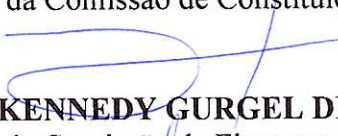


Estado do Amazonas  
PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA MUNICIPAL DE ENVIRA  
SALA DAS COMISSÕES



Sala das Comissões da Câmara Municipal de Envira, 10 de dezembro de 2025.

  
Ver. **FRANCISCO LINDOMAR FERREIRA DA SILVA**  
Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

  
Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**  
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

  
Ver. **CLEMONDS PINHEIRO DE FRANÇA**  
Presidente da Comissão de Redação Final

  
Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**  
Vereador-Relator-CCJ

  
Ver. **BRENO LOPES DE FRANÇA**  
Vereador-Relator – CFO

  
Ver. **RAIMUNDO NONATO LOPES DA SILVA**  
Vereador-Relator – CRF

  
Ver. **CLEMONDS PINHEIRO DE FRANÇA**  
Membro - CCJ

  
Ver. **JOSÉ JORGE SAMPAIO**  
Membro – CFO

  
Ver. **JOÃO KENNEDY GURGEL DE MOURA**  
Membro – CRF